economia

Bandeira amarela beneficia operação de Candiota 3

Enquanto houver indicativo de limitações hídricas, há expectativa de que a termelétrica gaúcha siga gerando energia

/ ENERGIA

Jefferson Klein
jefferson.klein@jornaldocomercio.com.br

Além de sinalizar uma conta de luz mais cara, o anúncio da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de que maio será um mês de bandeira amarela (que indica condições de geração hidrelétrica menos favoráveis) faz crescer as chances da termelétrica Candiota 3 continuar operando por mais tempo. A usina gaúcha a carvão voltou a gerar energia em abril, com foco no mercado spot (de curto prazo), depois de ter interrompido as atividades em janeiro, quando acabou seu contrato de fornecimento.

Em nota, a Âmbar Energia, companhia responsável pela unidade, informou que "Candiota 3 está funcionando em uma operação deficitária, como usina merchant (sem contrato), para contribuir com a segurança energética do País em um cenário hídrico adverso". A declaração está em linha com a nota divulgada pela Aneel que afirma que a decretação da bandeira amarela ocorreu devido à redução das chuvas em razão da transição do período chuvoso para o período seco do ano. Segundo o órgão regulador do setor elétrico, as previsões de chuvas e vazões nas regiões dos reservatórios hidrelétricos para os próximos meses ficaram abaixo da média.

Enquanto houver a perspectiva das bandeiras, seja amarela ou vermelha, que confirmam limitações hídricas, o diretor da Siclo Consultoria em Energia Plinio Milano argumenta que há a expectativa que Candiota 3 continue gerando. Ele salienta que na Região Sul brasileira o nível dos reservatórios hidrelétricos está baixo, em torno de 40%, acarretando a 'importação' de energia do Sudeste, o que conforme o consultor é mais um motivo para acionar a térmica candiotense.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, acrescenta que, quando ocorre a necessidade do acionamento das termelétricas, as usinas com menor custo operacional são demandadas antes das plantas que são mais onerosas. A dúvida que fica quanto ao futuro é por quanto tempo ainda irá durar a bandeira amarela e se nos próximos meses poderá ser estipulada a vermelha (cenários mais custosos de geração) ou a verde (melhor situação para as hidrelétricas, que são mais baratas e de menor impacto ambiental que as térmicas fósseis).

TATIANA GAPPMAYER/DIVULGAÇÃO/JC

Usina na região da Campanha voltou recentemente a operar com foco no mercado de curto prazo

O diretor da Siclo Consultoria considera que é uma tendência que ocorram bandeiras amarelas ou vermelhas nas próximas contas de luz, pelo menos até novembro. Milano frisa que o período de chuva no Brasil começou um pouco atrasado, em dezembro, e já em março as precipitações ficaram abaixo do esperado. "Então ligou o sinal amarelo, porque até abril é quando os reservatórios poderiam encher e depois, até novembro, é só queda", diz o consultor.

Já o presidente do Instituto Acende Brasil não descarta a possibilidade da melhora do cenário hídrico e que a bandeira verde volte a vigorar antes do último bimestre do ano. Enquanto na bandeira verde não ocorre cobrança extra na conta de luz dos consumidores, na amarela há um acréscimo de R$ 0,01885 para cada kWh consumido (o que equivale a R$ 1,885 por 100 kWh). Na vermelha - patamar 1 são R$ 0,04463 por kWh (R$ 4,463 por 100 kWh) e na bandeira vermelha - patamar 2 R$ 0,07877 a cada kWh (ou R$ 7,877 por 100 kWh).

Sales enfatiza que esse modelo deixou mais claro ao consumidor quando há maior custo na geração de energia. Ele recorda que, antigamente, esse custo era embutido na tarifa dos consumidores.

Fiergs vê avanços na regulação do mercado de gás natural gaúcho, mas ainda defende revisões

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) considera que teve atendidos parcialmente seus pleitos junto à Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) a respeito do realinhamento do preço de venda da molécula de gás da Sulgás. Em nota, a entidade ressalta que em reunião na terça-feira (29), a Agergs julgou os pedidos de reconsideração feitos pela da Fiergs e a Associação Brasileira dos Grandes Consumidores de Energia e Consumidores Livres (Abrace Energia), e determinou que o preço de venda do combustível seja reduzido para R$ 2,4591 o metro cúbico. Em janeiro, ele havia sido estipulado em R$ 2,4848.

"A Fiergs reconhece os avanços na regulação do contrato de concessão realizada pela Agergs, que vem corrigindo falhas de regulação e interpretação contratual, mas acredita que ainda há aspectos a serem revistos e aperfeiçoados pela agência", destaca a entidade. A entidade afirma que parte do seu pedido foi aceito com a inclusão da tarifa de ultrapassagem na parcela de restituição em favor dos usuários, reconhecendo-se que a concessionária havia pleiteado mais do que lhe era devido. Porém, a decisão, aparentemente, indica que a tarifa de ultrapassagem não foi incluída de forma integral, por ter sido desconsiderada a parcela associada à margem bruta.

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul espera também, no processo da Revisão Tarifária Ordinária de 2024, que a Agergs reveja o seu entendimento sobre a criação de regime de transição para aplicação do volume correto de gás (real) no cálculo dos ajustes.

Falta de educação previdenciária e financeira é debatida na Federasul

TÂNIA MEINERZ/JC

Cláudio Isaías
isaiasc@jcrs.com.br

A ausência de uma educação previdenciária e financeira no País, a jornada de trabalho 6x1 e a geração de emprego e renda foram debatidas no Tá na Mesa da Federasul de quarta-feira. A iniciativa reuniu o secretário do Ministério do Trabalho e Emprego, Luiz Felipe Brandão de Mello, o deputado federal Pompeo de Mattos (PDT) e o vice-presidente de Integração da Federasul, Rafael Goelzer. Pompeo destacou que o Brasil é um país onde a educação previdenciária não tem avançado. "A questão da Previdência deveria ser uma preocupação das empresas, dos trabalhadores e dos governos. O Brasil, infelizmente, não tem a consciência da necessidade de se prevenir. É uma falha do País", disse. Com relação à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o secretário do Ministério do Trabalho e Emprego destaca que existe uma campanha com o propósito de chamar a CLT de "patinho feio", mas ressaltou que o trabalhador registrado, CLT e empregado tem segurança. "Essas garantias não existem para quem é MEI no Brasil", pontuou Mello. Já Goelzer enfatizou que no Brasil não existe cultura da educação financeira, já que os custos de vida acabam sobrepondo a capacidade de investimentos dos trabalhadores. "A realidade da população brasileira em geral nem mesmo possibilita o resguardo desse fundo financeiro", disse .